

«A INTERVENÇÃO NÃO OBJETIVA SENÃO GARANTIR UM PREÇO MÍNIMO AO CAFÉ»



A propósito da deliberação do governo federal de intervir nos mercados internos do café, a fim de evitar o aviltamento dos preços, na presente safra, de reduzido volume, o antigo presidente do I.B.C., Sr. Renato Costa Lima, concedeu à imprensa a seguinte entrevista:

“A intervenção oficial no mercado de café é necessária e constitui, na verdade, uma garantia de preço mínimo ao produtor”, declarou o sr. Renato da Costa Lima, ex-presidente do I.B.C. S. a. opinou que, se há alguma coisa a criticar na anunciada intervenção, é que ela tenha demorado tanto, ao invés de ter-se iniciado com a nova safra.

GARANTIR A EXECUÇÃO DO ESQUEMA

“Quando deixamos o I.B.C. — prosseguiu o sr. Costa Lima — já estava elaborado o esquema para a safra de 1960-61 e entre as medidas por este previstas para proporcionar uma remuneração mais justa aos cafeicultores estava a elevação do dólar-café de Cr\$ 76,00 para Cr\$ 90,00, que é o nível máximo que as autoridades monetárias, a cujo juízo nos devemos submeter nessa matéria, julgaram ser possível conceder na atual conjuntura. Ora, todo mundo sabe que, numa situação de superprodução, uma desvalorização cambial provoca fatalmente uma pressão baixista sobre os preços, a qual tende a absorver a melhoria de remuneração que se pre-

tendeu dar ao produtor e desfalcara na mesma proporção as receitas de divisas do país, pela rebaixa das cotações em ouro. Nessas condições, o esquema financeiro previsto para esta safra só poderia funcionar eficazmente com medidas de amparo aos preços internos. Isso significaria a fixação de um preço mínimo para a rubiácea, inspirando confiança aos produtores, ao comércio e aos bancos quanto à estabilidade das cotações. Pois bem, a intervenção não é nada mais do que um preço mínimo indireto, pois seu resultado prático é o estabelecimento de um “soalho” abaixo do qual não se realizarão negócios. Pessoalmente, era de opinião de que nesta safra, dadas as suas pequenas proporções, essa intervenção poderia ser feita diretamente pelo I.B.C., cuja simples ação de presença no mercado já seria suficiente para equilibrar a situação. No entanto, os técnicos consultados julgaram mais oportuna a operação através de firmas particulares. E, aliás, após a demora havida, é incontestável que as compras têm de ser feitas no interior em maior escala do que a princípio se poderia supor e, para isso, já agora é mesmo indispensável contar com uma rede mais ampla do que aquela que o I.B.C. poderia mobilizar a curto prazo. O recurso a firmas particulares idôneas e de tradição no mercado é, portanto, necessário”.

COMPRA DE 500.000 A 1.000.000 DE SACAS

“Mesmo assim, não se deve exagerar o montante das compras a serem feitas. Recorde-se que nos encontramos agora em situação diferente da que se registrava na safra passada. Em 1959-60, havia um considerável excesso de produção, não previsto quando da elaboração do esquema (pois então se admitia que a colheita daria 30 milhões e na verdade deu 43 milhões de sacas). Caso esse excesso não fosse retirado por um mecanismo com-

plementar ao das cotas de retenção, seu peso sobre o mercado teria incalculáveis efeitos depressivos.

“Já nesta safra, porém, o problema é mais de natureza psicológica, pois não há dúvida de que a produção não irá além de 20 milhões de sacas, enquanto que o esquema foi elaborado na perspectiva de 27 milhões. Acabo de retornar de viagens pelo interior de São Paulo e do Paraná e posso dar meu testemunho de que a quebra da safra é real. Assim sendo, estamos diante da perspectiva de até vir a faltar café para exportação, fato que obrigaria o I.B.C. a dispor de parte de seus estoques. Nessas condições bastará o influxo psicológico das compras dos interventores para que o mercado reaja satisfatoriamente. Tenho para mim que não serão necessárias este ano compras de mais de 500.000 ou, quando muito, 1.000.000 de sacas para que esse objetivo seja alcançado e os negócios passem a realizar-se em condições razoáveis exclusivamente pelos canais normais de comercialização”.

“NÃO VENDAM POR MENOS”

“O que cumpre, porém, destacar a esta altura é a necessidade de advertir o lavrador quanto ao preço que vale seu café. O atraso na intervenção já fez com que muitos cafeicultores vendessem o produto a preços muito abaixo dos previstos no esquema de safra, a fim de atender às suas prementes necessidades de dinheiro. Agora, porém, que a intervenção vai começar e que essa anomalia será corrigida, é preciso esclarecer devidamente os cafeicultores para que não vendam por menos do que o governo lhes garante. Se os preços que lhes são oferecidos ainda não estão nesses níveis, aguardem um pouco mais porque eles chegarão lá. A intervenção não visa senão proporcionar essa garantia de preço mínimo, que é a mais justa das exigências do produtor” — concluiu o sr. Renato da Costa Lima.